

9,3% dos trabalhadores estão na informalidade

116 mil são funcionários sem registro em carteira na região; para especialista, falta fiscalização

Do total de 1,2 milhão de trabalhadores do ABCD, cerca de 116 mil trabalham sem ter registro na carteira de trabalho. É o que aponta a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região do ABC, realizada pela Fundação Seade.

Como todo funcionário, eles têm horários a cumprir e um chefe para obedecer. Por outro lado, não têm direito a benefícios como o auxílio-doença e o seguro-desemprego. É como se não fossem trabalhadores.

“Eles estão presentes em maior número nas micro e pequenas empresas de todos os setores. Não é algo racional, mas que é comum principalmente em períodos de incerteza econômica”, afirmou o coordenador da Fundação Seade, Alexandre Loiolan.

Sete meses/ Uma pessoa que passou por essa situação foi o montador de móveis Marcio Dias de Almeida, 35 anos.

Durante sete meses, ele trabalhou em uma loja de móveis com filiais em Santo André e São Caetano, com a promessa de que seria registrado. Mas ficou só na promessa.

“O registro em carteira é o desejo de qualquer montador de móveis. Durante a nossa atividade, a gente acaba tendo alguns machucados. Se tiver o registro e acontecer algo sério, a gente tem direito ao auxílio-doença”, destacou Almeida.

Em falta/ Quem fica responsável pela fiscalização das empresas, em busca de trabalhadores sem registro em carteira são auditores do Ministério do Trabalho.

Mas na opinião do doutor em direito do trabalho e professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Flávio Roberto Batista, falta fiscalização nas empresas.

“As ferramentas existem, mas faltam pessoas para fiscalizar. Evitar esse processo de transformação de trabalhadores em prestadores de serviços que vemos em todas as categorias profissionais”, afirmou Batista.

Procurado para informar o número de auditores disponíveis e de empresas autuadas na região no ano passado, o Ministério do Trabalho não havia se manifestado até o fechamento desta edição.

Desde que foi demitido da empresa, há cerca de um mês e meio, o montador trabalha como autônomo. Ganha mais, mas afirma que não vai pensar duas vezes se receber uma proposta para trabalhar registrado.

“Fui dispensado quando perguntei sobre o registro. Poderia estar recebendo o seguro-desemprego agora. Foi como se tivesse perdido sete meses de trabalho”, completou.

Consequências da falta de registro



associada
ABRACOM

Como o trabalhador legalmente não existe, o empregador não é obrigado a pagar o 13º salário, horas extras, férias, além de não haver a contribuição obrigatória para o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

132 mil Há 10 anos, esse era o número de trabalhadores sem registro em carteira nas sete cidades da região.

Provas de vínculo

Segundo o professor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Flávio Roberto Batista, remuneração regular e registro de ponto são alguns dos fatores que servem para comprovar o vínculo empregatício. Empresa será obrigada a recolher obrigações trabalhistas do período trabalhado.

Quando a carteira fica só na lembrança

Em alguns casos, o trabalhador prefere ficar sem o registro em carteira; para eles, pesa mais o salário maior no final do mês

Há 12 anos, desde que se aposentou, o ferramenteiro Geraldo Pires da Silva, 53 anos, não pensa duas vezes na hora de ir atrás de emprego. Trabalho, só se for sem carteira. Foi assim na última firma que trabalhou. Uma indústria mecânica em Santo André.

“Foi uma opção minha. Eu acho que já contribuí demais. Iria pagar R\$ 400 só para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Mas como já sou aposentado, não vai adiantar de nada. Nesse meio tempo até tive um emprego com registro. Mas prefiro trabalhar assim e tirar um pouco a mais por mês”, destacou Silva.

Presidente da comissão de Reforma Trabalhista e Sindical da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em Santo André, o advogado Adonis Bernardes explicou que exemplos como o do ferramenteiro são muito comuns no mercado de trabalho.

“É uma prática muito utilizada pelas empresas na contratação de profissionais, em áreas como vendas e ferramentaria. Acaba não sendo uma opção, mas uma imposição ao trabalhador. Acredito que a fiscalização deveria ser feita com mais rigor”.

Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André e Mauá, Sivaldo da Silva Pereira, o Espirro, ressaltou que a informalidade no trabalho é uma política muito combatida pela entidade de classe.

“Esse é um tipo de jogo que a gente não concorda. Nossa opinião é de que o trabalhador precisa pensar no País. Então quem está na atividade tem que estar registrado. Contribuir para diminuir o rombo na previdência”, ressaltou.

Cerca de 36,8% dos trabalhadores da região, ou 457 mil pessoas, tem entre 40 e 60 anos de idade. Mas não existem estatísticas de quantos desses continuam na atividade sem um registro formal.

Trabalhadores aposentados estão entre os menos registrados

Atuação de entidades de classe contra a informalidade é muito fraca

Entrevista

Jonas dos Santos _Diretor de sindicato

‘Informalidade é problema no setor comercial’



associada
ABRACOM

Para o diretor operacional do Sindicato dos Empregados no Comércio de Santo André e Região, Jonas José dos Santos, sindicato depende do Ministério do Trabalho para investigar falta de registro.

BD_ Como a informalidade é encarada pelo sindicato?

JJS_ Esse é um grande problema não só no setor do comércio, mas também nos serviços. Mas não temos estatísticas. Essa é uma prática muito comum principalmente durante as datas comemorativas, quando é grande o volume de contratação de trabalhadores temporários.

BD_ E como o sindicato trabalha para combater essa prática?

JJS_ Os sindicatos não podem fazer esse tipo de fiscalização nas empresas. Quando nós recebemos as denúncias dos trabalhadores e encaminhamos para a gerência regional do Ministério do Trabalho. São eles que tem a atribuição de fiscalizar a atuação das empresas. A partir daí, ficamos no aguardo da fiscalização para saber os resultados das denúncias.

Faculdade de Direito discute o tema

No dia 5, a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo promove o 10º Encontro sobre Direito do Trabalho. O evento deste ano, que terá como palestrantes Ruy Gomes Braga Neto e Ivani Contini Bramante, irá abordar a influência da tecnologia no direito trabalhista.

Coordenador do encontro, o professor Flávio Roberto Batista ressaltou no entanto que a situação dos trabalhadores sem registro em carteira também deverá ser discutida durante a reunião. "A intenção era discutir a respeito dos trabalhadores à distância, mas acabamos ampliando a discussão para falar da tecnologia. Como são temas que acabam esbarrando na informalidade, esse assunto também vai ser abordado".

As inscrições para o evento terminam amanhã e podem ser feitas pela internet, por meio da página da instituição www.direitosbc.com.br. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 4123-0222 .